



Cidades Vivas

10 medidas para devolver a cidade às pessoas

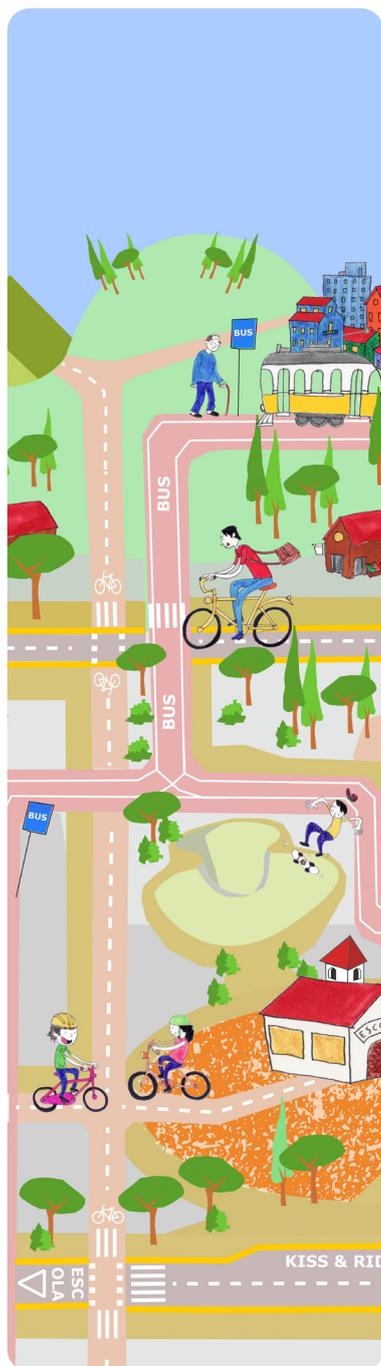
Manifesto da MUBi para as Eleições Autárquicas 2021

#cidadesvivas #mobilidadeactiva #maisbicicleta



Cidades Vivas

Manifesto



A presente década será marcada por uma **profunda redefinição da mobilidade nas cidades portuguesas**. As prioridades do passado já não se aplicam ao Portugal de hoje, e as pessoas exigem agora, mais do que nunca, lugares mais verdes, seguros e saudáveis para viver. As **Eleições Autárquicas de 2021** representam uma oportunidade para os municípios portugueses assumirem um amplo e firme compromisso por uma mudança de paradigma nas políticas urbanísticas e de mobilidade, priorizando as **deslocações a pé e em bicicleta, o transporte público e os sistemas de mobilidade partilhada**, em detrimento da utilização do automóvel individual.

A par de outros factores, a **qualidade de vida** nas cidades e municípios pode ser medida pela quantidade e diversidade de espaços verdes e pela qualidade de permanência e uso dos espaços públicos. Especialmente nas zonas urbanas mais densas, a pandemia veio mais uma vez demonstrar a importância do **espaço público** como local de actividade física, fruição e relaxamento, e o valor que a **proximidade às funções sociais essenciais** tem para a resiliência das comunidades.

Os centros urbanos são responsáveis por 70% das emissões de gases com efeito de estufa e o transporte rodoviário é a principal causa da poluição do ar nas cidades. **Os compromissos e metas climáticas** para esta década colocam, por isso, uma enorme exigência às áreas urbanas. A União Europeia pretende apoiar 100 cidades europeias na sua transformação sistémica para a neutralidade climática até 2030. Uma oportunidade, desafio e exemplo para todos os municípios portugueses.

Apesar dos apelos permanentes da sociedade civil, individual e colectivamente, as autarquias portuguesas não agiram ainda de forma decisiva na mobilidade activa e sustentável.

Este manifesto estabelece, portanto, a visão de cidades mais saudáveis, seguras, resilientes e sustentáveis, que põem a mobilidade activa - incluindo a bicicleta - no topo da pirâmide da mobilidade, e propõe os passos prioritários para alcançar esse objectivo.

10

medidas
para
devolver a
cidade às
pessoas

Planear o Futuro

“Planear a mobilidade, envolvendo todas as pessoas”

Medida 1 - Elaborar e implementar um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável

Medida 2 - Reduzir as desigualdades territoriais e sociais através de políticas públicas

Medida 3 - Estabelecer mecanismos para garantir a participação pública

Proteger o dia-a-dia

“É inaceitável a perda de vidas humanas resultante do tráfego automóvel”

Medida 4 - Disseminar medidas físicas e de gestão para acalmar o tráfego

Medida 5 - Limitar o tráfego de atravessamento e reduzir as velocidades permitidas nas ruas em redor das escolas

Desenhar para todos

“O espaço público deve ser de todos e para todos”

Medida 6 - Promover acções para garantir infraestrutura para deslocação de peões

Medida 7 - Garantir condições de acesso universal a todas as infraestruturas e serviços de mobilidade

Activar a mobilidade

“Alterar a cultura de mobilidade, em especial por decisores e políticos”

Medida 8 - Incentivar a mobilidade em bicicleta

Medida 9 - Melhorar o transporte público

Medida 10 - Desincentivar as deslocações por automóvel



Planear o Futuro

O que significa?

Planear a mobilidade, envolvendo todas as pessoas.

Porquê?

A crescente complexidade e o diálogo em contínua evolução da mobilidade urbana requerem um planeamento estratégico integrado, assente numa visão clara de desenvolvimento sustentável. É essencial que o futuro de uma acessibilidade socialmente justa e equitativa seja participado por todos. Os processos de decisão devem ser transparentes desde as fases de diagnóstico e de planeamento até à execução.

Como?

Encetar processos de planeamento formais de modo a garantir transparência e participação desde as fases iniciais, assegurando soluções co-construídas com as comunidades durante todas as etapas. Planear significa assumir compromissos aprovados e publicados, com objectivos e indicadores, de forma a permitir monitorização e responsabilização política. Independentemente do tamanho do município, o plano deve desencadear um processo contínuo de planeamento e gestão participativa - ampla, regular, estruturada e transparente.

Medida 1

Elaborar e implementar um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, seguindo os princípios de priorização dos modos activos e colectivos de deslocação para a redução da dependência do automóvel.

Medida 2

Reduzir as desigualdades territoriais e sociais através de políticas para ampliar o acesso a actividades, serviços e oportunidades por parte de todas as gerações e classes sociais de forma segura, atraente e sustentável - promovendo a integração dos sistemas de transporte e políticas de mobilidade com o planeamento de uso do solo.

Medida 3

Estabelecer mecanismos para garantir a participação pública nas acções do município com impacto na mobilidade urbana, com acompanhamento das diversas etapas dos processos de planeamento e gestão quotidiana do município.



Proteger o dia-a-dia

O que significa?

É inaceitável a perda de vidas humanas resultante do tráfego automóvel.

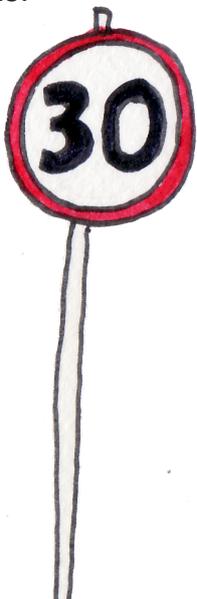
Porquê?

As cidades portuguesas têm um dos piores indicadores de segurança de utilizadores vulneráveis, em relação a outras cidades europeias.

Como?

Implementação de Planos de Segurança Rodoviária, aprovados e publicados com a adopção da Visão Zero e velocidades máximas de 30 km/h em zonas urbanas. A segurança dos mais vulneráveis deve conseguir-se através da seguinte hierarquia:

1. Redução do volume de tráfego motorizado.
2. Redução da sua velocidade.
3. Tratamento de intersecções de forma a aumentar a segurança.
4. Redistribuição do espaço viário, para a construção de passeios mais largos e vias dedicadas à circulação de bicicletas.



Medida 4

Disseminar medidas físicas e de gestão para acalmar o tráfego e redução do risco rodoviário, especialmente em zonas residenciais, centros urbanos e outros locais onde utilizadores vulneráveis convivam com veículos motorizados.

Medida 5

Limitar o tráfego de atravessamento e reduzir as velocidades permitidas nas ruas em redor das escolas (300 metros de raio), criando entornos mais seguros e menos poluídos e promovendo a mobilidade activa por parte da comunidade escolar.

Desenhar para todos

O que significa?

O espaço público deve ser para todos.

Porquê?

Muitas pessoas não sentem que o espaço público seja seguro e confortável, privando crianças e idosos da autonomia e liberdade a que têm direito.

Como?

O modo pedonal é a base universal das deslocações humanas. Por isso, é essencial garantir um espaço público que, respeitando os princípios de desenho universal, seja inclusivo, seguro e confortável para todas as idades e condições físicas. Estacionamento de automóveis e infraestruturas para bicicletas sobre os passeios não é admissível.

Medida 6

Promover acções para garantir **infraestrutura para deslocação de peões**, com passeios e passadeiras amplas, acessíveis e seguras. Privilegiar a existência de praças e sítios de estadia, e o uso do espaço público na vida das comunidades.

Medida 7

Garantir condições de acesso universal a todas as infraestruturas e serviços de mobilidade, que não excluam pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou mais vulneráveis (idosos, crianças, grávidas, entre outros grupos).



Activar a mobilidade

O que significa?

Alterar a cultura de mobilidade, em especial por decisores e políticos.

Porquê?

30% dos trajectos efectuados em automóvel cobrem distâncias inferiores a 3 km, e 50% são inferiores a 5 km.

Como?

Alterar os padrões de mobilidade com planos de mobilidade para as escolas do concelho e para polos de deslocação (começando pelo exemplo da câmara municipal). O aumento da bicicleta como meio de transporte deve sempre acontecer pela redução do uso do automóvel.

O transporte público deverá ser a espinha dorsal da mobilidade urbana. É por isso fundamental investir no transporte público e promover a sua complementaridade com os modos activos.

Medida 8

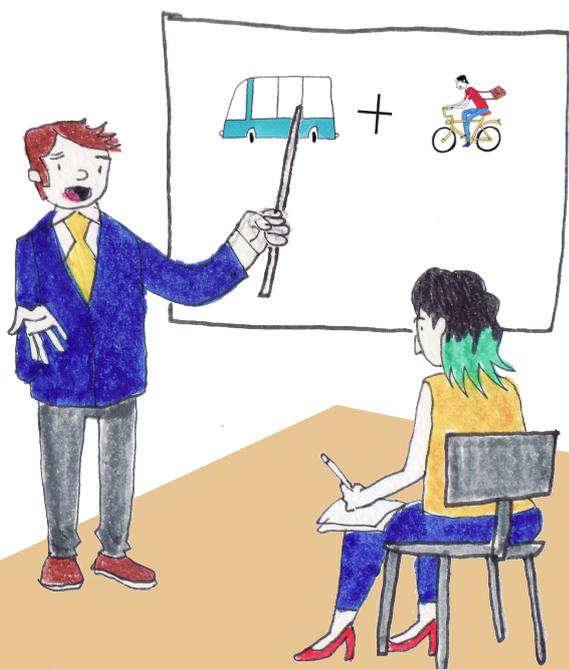
Implementar políticas, infraestrutura e equipamentos para **incentivar a mobilidade em bicicleta**, dando especial atenção à comunidade escolar: redes de percursos e estacionamentos seguros e confortáveis, sistemas de bicicletas partilhadas, incentivos à compra e deslocações em bicicleta.

Medida 9

Melhorar o transporte público, assegurando cobertura geográfica, preços acessíveis e qualidade do serviço.

Medida 10

Desincentivar as deslocações por automóvel deverá sempre acompanhar medidas de incentivo às deslocações em modo activo e transporte público - principalmente através da redução e tarifação do estacionamento em zonas urbanas, reestruturação da rede viária de forma a dissuadir o tráfego de atravessamento em bairros e outras zonas sensíveis, zonas de emissões reduzidas e tarifação de entrada nas cidades.



Sobre a MUBi

Criada há mais de uma década, a MUBi assume como sua missão ajudar a criar condições para que qualquer pessoa possa utilizar a bicicleta como veículo de forma fácil, agradável, eficiente, e segura, e que os benefícios desta opção sejam amplamente reconhecidos.

A nossa visão passa por um Portugal com qualidade de vida, onde uma convivência harmoniosa entre a bicicleta e as várias opções de mobilidade contribua para um espaço público universalmente acessível, agradável e seguro, numa sociedade solidária, conseqüente, responsável e sustentável.

MUBi

Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta

www.mubi.pt | geral@mubi.pt

Apartado 2558

EC Praça do Município, 1114-001 Lisboa

Siga-nos!

